

‘A.I. Nº - 298963.0005/20-6
AUTUADO - DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS DOCE PREÇO LTDA.
AUTUANTE - ANTÔNIO CALMON ANJOS DE SOUZA
ORIGEM - INFAZ RECÔNCAVO
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 23/09/2021

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0134-01/21-VD

EMENTA: ICMS. 1. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. Autuado reconheceu a subsistência da infração 01. **2. OMISSÃO DE SAÍDAS. FALTA DE REGISTRO DE NOTAS FISCAIS. PRESUNÇÃO DE OPERAÇÕES TRIBUTÁVEIS.** Autuado elidiu parte da exigência, comprovando que alguns documentos fiscais foram cancelados. Infração 02 subsistente em parte. **3. OMISSÃO DE SAÍDAS. CANCELAMENTO IRREGULAR DE NOTAS FISCAIS.** Exigência fiscal totalmente elidida com a comprovação de que todas as notas fiscais foram efetivamente canceladas. Infração 03 insubsistente. **4. MULTA. NOTAS FISCAIS. FALTA DE REGISTRO. MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS.** Autuado elidiu parte da acusação ao comprovar que alguns documentos fiscais estavam efetivamente cancelados. Infração 04 subsistente em parte. Auto de infração **PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

O auto de infração em lide, lavrado em 26/06/2020, formaliza a exigência de ICMS e multa por descumprimento de obrigação acessória no valor total de R\$58.667,97, em decorrência das seguintes infrações imputadas ao autuado:

Infração 01 (01.02.40) – utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS em valor superior ao destacado no documento fiscal, ocorrido nos meses de janeiro, março, maio, junho, outubro e novembro de 2017 e de janeiro, fevereiro, março, abril, agosto, setembro, outubro e dezembro de 2018, sendo exigido ICMS no valor de R\$1.010,88, acrescido de multa de 60%, prevista na alínea “a” do inciso VII do art. 42 da Lei nº 7.014/96;

Infração 02 (05.05.01) - omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada através de entradas de mercadorias não registradas, ocorrido nos meses de janeiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto e setembro de 2017 e de março e dezembro de 2018, sendo exigido ICMS no valor de R\$11.091,20, acrescido da multa de 100%, prevista no inciso III do art. 42 da Lei nº 7.014/96;

Infração 03 (05.06.01) - omissão de saídas de mercadorias tributáveis em decorrência de cancelamento irregular de notas fiscais, deixando de recolher o ICMS correspondente, ocorrido nos meses de janeiro a agosto, outubro e dezembro de 2017 e de janeiro a dezembro de 2018, sendo exigido ICMS no valor de R\$45.263,70, acrescido da multa de 100%, prevista no inciso III do art. 42 da Lei nº 7.014/96;

Infração 04 (16.01.01) – deu entrada no estabelecimento de mercadoria, bem ou serviço sujeito a tributação sem o devido registro na escrita fiscal, ocorrido nos meses de janeiro e de março a setembro de 2017, sendo exigido multa no valor de R\$1.302,19, prevista no inciso IX do art. 42 da Lei nº 7.014/96;

O autuado apresentou defesa das fls. 25 a 29, demonstrando, inicialmente, a sua tempestividade. Concordou com a exigência da infração 01. Em relação à infração 02, disse que as compras

registradas nas notas fiscais nº 10123 e 10124, emitidas por Jaqueira Agro Pecuária LTDA, foram anuladas em razão de irregularidades do destinatário, conforme arquivo em CD à fl. 30, denominado “DOC 1, 2”. Reconheceu como devido na infração 02 o valor de R\$3.384,60.

Em relação à infração 03, disse que todas as notas fiscais relacionadas foram canceladas, conforme arquivos e cópias das notas fiscais em CD à fl. 30. Em relação à infração 04, afirmou que as notas fiscais nº 10123 e 10124 foram anuladas, conforme já alegado na infração 02 e anexado em CD à fl. 30. Reconheceu como devido na infração 04 o valor de R\$316,59.

O autuante apresentou informação fiscal à fl. 44 concordando com todas as argumentações apresentadas pelo autuado e sugerindo a redução da exigência fiscal pra R\$4.712,07.

VOTO

Inicialmente, verifiquei que foram observados todos os requisitos que compõem o presente auto de infração, previstos no art. 39 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (RPAF), Decreto nº 7.629/99.

A lide consiste nas infrações 02, 03 e 04, já que a infração 01 foi reconhecida pelo autuado.

Na infração 02, referente à presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis através de entradas de mercadorias não registradas, o autuado comprovou, por meio das cópias dos documentos fiscais nº 10123 e 10124, que eles foram denegados, deixando de ter validade jurídica, e, por conseguinte, devendo ser retirados seus respectivos valores da exigência fiscal, confirmado pelo autuante. Assim, a infração 02 fica reduzida para R\$3.384,60, devido à redução da exigência de 31/08/2017, de R\$7.986,06, para R\$279,46.

Na infração 03, referente à omissão de saídas, tributadas em decorrência de cancelamento irregular de notas fiscais, o autuado comprovou que todas as notas fiscais relacionadas no demonstrativo de débito haviam sido efetivamente canceladas pelo autuado, conforme documentos anexados no CD à fl. 30, confirmados pelo autuante. Assim, a infração 03 é insubsistente.

Na infração 04, referente à falta de registro de nota fiscal nas aquisições de mercadorias, a exigência fiscal foi reduzida, em razão da retirada da exigência fiscal vinculada às Notas Fiscais nºs 10123 e 10124, conforme razões já indicadas na infração 02. Assim, a infração 04 fica reduzida para R\$316,59, em razão da redução da exigência fiscal de 31/08/2017, de R\$1.021,29, para R\$35,69.

Assim, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, ficando a exigência fiscal reduzida para R\$4.712,07.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **298963.0005/20-6**, lavrado contra **DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS DOCE PREÇO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado, para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$4.395,48**, acrescido das multas de 60% sobre R\$1.010,88, e 100% sobre R\$3.384,60, previstas no art. 42, incisos VII, “a” e III da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$316,60**, prevista no inciso IX do mesmo diploma legal, com os acréscimos moratórios previstos pela lei nº 9.837/05.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 06 de agosto de 2021.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ – RELATOR

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA – JULGADOR